

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

**CONSELHO SUPERIOR**

**Reunião ordinária de 13 de julho de 2022**

**Ata 04/2022**

Na data acima citada, o Conselho Superior do IFSul reuniu-se ordinariamente, sob a condução do presidente, Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram da web conferência os conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas: Adrian Carvalho, Ágata Dettenborn, Alex Sander Moreira, Alexandre Pitol Boeira, Alexandre Escouto, Ana Paula Nogueira e Silva, Bruna Boch, Celso Silva Gonçalves, Cleber Vargas Islabão, Cyro Castro Junior, Daniela da Rosa Curcio, Daniella Schulz, Denise Perez Lacerda, Erica Capelleti, Erik Abreu, Evandro Fernandes, Everton Felix, Fábio Roberto Lemes, Felipe Monteblando, Francilon Simões, Gabriel Almeida, Geovane Griesang, Giulia D'Avila Vieira, Grazielle de Almeida, Helena Miranda Araújo, Isabela Eidelwein, Janaína Corneli, John Anderson Costa, João Abadi Prietsch, Josiela Silveira Cavalheiro, Kellen Biehrals, Lauro Luis Borges Junior, Leonardo Koppe, Lucas Vanini, Magda Santos dos Santos, Manoel Madruga da Silveira, Marcelo Borba, Marcelo Kwecko, Marcio Estrela de Amorim, Marco Antônio da Silva Vaz, Marcos André Betemps, Marcos Roberto Schvants, Marcus Eduardo Ribeiro, Marta Tessamnn, Mauro Bacci Giusti, Mauro Castro Martin, Max Lindoberto Gonçalves, Miguel Pinto, Natali Cardoso, Newton Carneiro, Paulo Wladimir Leite, Pedro Henrique Costa, Rafael Bastos, Renata Pintos, Roberto Vieira Junior, Rodrigo Dias, Rodrigo Nascimento da Silva, Rubinei de Servi Ferraz, Ruti Ângela Oliveira, Thiago Giusti, Tiaraju Andreazza, Valter Fernandes, Vanilda Macedo, Veridiana Krolow Bosenbecker, Verônica Pasqualin Machado, Vinicius Guimarães, Vinicius Martins, Vitor Dias, Yuri Valadão. Justificaram a não participação Julio Korzekwa e Katiusse Alves. Intérpretes Alexandra e Francine. Após empossar **conselheiro do Câmpus Charqueadas**, o presidente explicou o momento vivido em função dos cortes e bloqueios orçamentários que as instituições da rede pública vem sofrendo, destacando as dificuldades encontradas para não ficar ilegal perante o bloqueio. Institutos, universidades e Conif estão trabalhando junto a representações políticas pela reversão do corte. Na PLOA para 2023 há anúncio de corte de 12,5% sobre os 100% previstos para este ano. Explicou não ter usado a autorização dada para missão ao exterior na reunião passada, em virtude do corte de gastos. A seguir, colocou em apreciação a **Ata 03/2022, aprovada**, como segue:

Aprovação ata 03/2022:

**Sim: 41**

**Não: 0**

**Abstenções: 4**

A seguir, o presidente propôs a antecipação da reunião ordinária de novembro, do dia 11 para o dia 4, pois na data definida inicialmente está prevista reunião do Conif. Os conselheiros concordaram com a alteração, sem necessidade de colocar em votação. Foram colocadas em apreciação as portarias ad referendum: **portaria 1141** (eleição diretor Câmpus Camaquã) e as portarias IFSul **63** (calendário Câmpus Sapucaia do Sul),

**64** (calendário Câmpus Sapiranga), **65** (calendário Agroecologia), **67** (Especialização em Docência EPT), **70** (suspensão de calendários acadêmicos), **71** (alteração da estrutura organizacional do Câmpus Pelotas), **72** (aprovação coordenadora Pibid), **73** (suspensão calendário Câmpus Pelotas) e **74** (alteração da estrutura organizacional do CaVG). Não havendo considerações, foram levadas à votação e **homologadas**, como segue:  
Homologar Portarias ad referendum 63, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 73 e 74:

**Sim: 43**

Não: 1

Abstenções: 2

Também foram apreciadas em bloco as pautas que abordaram calendários: **Retificação do calendário 2021 dos cursos noturnos do Câmpus Sapiranga, Calendário CaVG pós-greve, calendário Câmpus Santana do Livramento – alteração de etapas e calendário 8º semestre Licenciatura em Pedagogia**. Não havendo considerações, foram levadas à votação e aprovadas, como segue:

Aprovar Retificação do calendário 2021 dos cursos noturnos do Câmpus Sapiranga, Calendário CaVG pós-greve, calendário Câmpus Santana do Livramento – alteração de etapas e calendário 8º semestre Licenciatura em Pedagogia:

**Sim: 47**

Não: 0

Abstenções: 1

O presidente pediu autorização para antecipação das pautas referentes à PROPESP, aceita. Então, o Pró-reitor Vinicius Martins explicou a atualização **do Regulamento e do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação Especialização em Temas e Metodologias Emergentes na Educação Contemporânea do Câmpus Sapiranga** que, por ser multicâmpus têm muitas particularidades, contempladas nesses documentos. Levados à votação Regulamento e PPC do curso foram **aprovados**, como segue:

Aprovar Regulamento e PPC do Curso de Pós-graduação Especialização em Temas e Metodologias Emergentes na Educação Contemporânea:

**Sim: 49**

Não: 0

Abstenções: 0

Do mesmo modo foram apresentados os dois temas seguintes: **Atualização do Regulamento e do PPC do Curso de Pós-graduação Especialização Educação e Saberes para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Câmpus Lajeado**. Levados à votação, foram **aprovados**, como segue:  
Aprovar Atualização do Regulamento e do PPC do Curso de Pós-graduação Especialização Educação e Saberes para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental

**Sim: 48**

Não: 0

Abstenções: 0

Havendo o quórum qualificado exigido para apreciação e votação, a Diretora Ana Paula Silva apresentou a justificativa para a proposta de **alteração do Regimento Geral e também dos Regimentos Internos dos Câmpus**. São alterações na Proen, em relação a adequações de competências da Coordenadoria de Apoio Pedagógico (Caped) e alteração na Coordenação de Avaliação do Ensino Superior para a Coordenadoria de Graduação. Solicitada também a inclusão do Napne no Depei (já aprovado por ad referendum) e criação da Coordenadoria de Correição, ligada diretamente ao reitor, a partir da Coordenadoria Executiva da Reitoria, que passa a ter as suas competências absorvidas pela Diretoria Executiva da Reitoria; tem-se então a nova estrutura, já que havia recomendação da Auditoria Interna para a criação dessa escritura. Já havia o Núcleo de Apoio à Correição, que permanecerá com estrutura formal, designada dentro

da organização administrativa. Normativas da CGU determinam que haja estrutura administrativa para tratar das questões de correição. Nos Regimentos internos, a alteração é para acomodar a coordenação dos Napnes, também já aprovada ad referendum. Colocadas em votação, as duas pautas, alteração do **Regimento Geral e Alteração dos Regimentos Internos dos câmpus** foram **aprovadas**, como segue:

Aprovação das alterações dos Regimentos Geral e Interno dos Câmpus:

**Sim: 47**

Não: 0

Abstenções: 1

Entrou em apreciação o **Parecer Técnico do Comitê de Avaliação Covid-19**. Dr. Cyro Castro Jr. explicou que a taxa de transmissão comunitária se mantém em nível alto, inspirando cuidados, mas com complicações menores nos novos casos. A ocupação de leitos está em torno de 90%, mas o número de leitos disponibilizados foi reduzido. O comitê do Estado mantém, há dois meses, a situação de aviso em todas as regiões. Nessa situação são feitas recomendações de uso de máscara, distanciamento, etiqueta de higiene, distanciamento. Considerando que a vacinação é mais eficiente nas complicações do que na transmissão, devem ser mantidos os protocolos sanitários na Fase 4. Colocado em votação, o **Parecer Técnico foi aprovado**, como segue:

Aprovar Parecer técnico do Comitê de Avaliação Covid-19:

Sim:47

Não: 0

Abstenções: 3

Entrou em apreciação a proposta de alteração do **Plano de Contingência**. Presidente do Comitê. Ana Paula Silva, explicou que, em reunião com as COE-E locais resultaram algumas demandas, como a liberação do consumo do chimarrão, desde que individual, em espaços que permitam o distanciamento. Outra demanda foi a retirada do limite de ocupação nos carros oficiais, acatada com a condição de manutenção dos demais protocolos. Representantes do Codir de vários câmpus disseram que, em pesquisas feitas nos câmpus, surgiu o pedido de liberação para uso de chimarrão, de forma individual. Conselheira Denise Lacerda manifestou-se contra a liberação, em função do distanciamento. Conselheiro Celso Gonçalves lembrou que chimarrão é questão cultural e não se pode ficar tão distante de tudo que a sociedade está vivendo. Conselheiro Fábio Lemes propôs aguardar um pouco mais para liberar. Conselheiro Alexandre Escouto disse que seu voto está condicionado à proposta feita: apenas uso individual, sem rodas de chimarrão. Colocada em votação a proposta de liberar o **consumo individual do chimarrão**, com observação de todos os protocolos, foi aprovada, como segue:

Aprovação da liberação do chimarrão individualmente:

**Sim: 37**

Não: 11

Abstenções: 0

Conselheiro Alexandre Escouto sugeriu campanha contundente da proibição do uso coletivo do chimarrão; Ana Paula Silva pedirá à CCS divulgação de material explicativo; dr. Cyro Castro Jr ressaltou a importância de tomar o chimarrão em local adequado. A seguir foi colocada em votação a proposta de **liberar o teto de ocupação dos veículos oficiais**, **aprovada**, como segue:

Aprovação da liberação da ocupação máxima dos veículos oficiais:

**Sim: 46**

Não: 0

Abstenções: 1

Conselheiro Geovane Griesang apresentou a proposta de **Alteração da Resolução 62**, solicitando a flexibilização do uso de máscaras, com algumas condições (decreto municipal, COE-E local), uma vez que não está sendo usual em outros ambientes. O tema foi bastante discutido, com posições favoráveis e contrárias à flexibilização do uso de máscaras. Favoráveis à manutenção argumentaram ainda não ser o momento para tal, endossados pelos registros dos pareceres

técnicos. Favoráveis à flexibilização argumentam que máscaras são usadas de forma incorreta e apenas na instituição. Doutor Cyro Castro salientou que uso continua sendo recomendado em transporte público, apenas falta fiscalização. Após amplo debate, a proposta de **flexibilização do uso de máscaras** foi levada à votação e **rejeitada**, como segue:

Aprovação da flexibilização do uso de máscaras:

Sim: 21

Não: 25

Abstenções: 3

Conselheiro Alexandre Escouto solicitou o registro de sua fala sobre o voto contrário à liberação: “a máscara, por mais desconfortável que seja, eu uso óculos, tenho dificuldade respiratória devido ao meu tamanho de baleia, e ela é extremamente desconfortável, ela é brutalmente desconfortável, mas diferente de vários relatos, eu uso máscara, eu não ando de máscara fora de casa em nenhum outro cenário que não me obrigue a tirar a máscara, tipo um exame de PCR; pessoas da família que partiram, familiares que tiveram muitas complicações médicas, amigos, conhecidos, e por mais que seja desconfortável é um pequeno preço a se pagar devido as mais de 650.000 vidas que foram enterradas por causa disso; não é o momento pra se fazer a flexibilização na ordem que for, e da próxima vez que isto voltar à pauta, respeitando, obviamente a maioria e congratulando a aluna pelo posicionamento firme do ponto que ela acredita, eu gostaria que os conselheiros lembrassem deste voto que a gente fez, foi apertado, e que a gente não entrasse mais nessa discussão até que a área técnica consiga nos dar segurança pra isso, pra que a gente não enterre mais gente. É isso que eu gostaria de falar. Muito obrigado.”

Retornando, à tarde, a diretora Ana Paula Silva explicou ter mais uma proposta de alteração da Resolução 62 para contemplar o momento atual da pandemia e as condições que a instituição está vivenciando, referente à comprovação da vacinação. Mencionou a revogação da IN 90, que determinava o formato do retorno gradual ao trabalho presencial. Lei 13.979, que apresenta os controles a serem adotados para controle da pandemia continua vigente. Para adequação, propõe alterações nos art. 16, 17, 21 e 24. Assim, entraram em votação as propostas. A primeira proposta colocada em apreciação foi a **alteração da redação do art. 16, e inclusão de parágrafo único**: Art. 16 A Fase 4 contempla o retorno das atividades da instituição em formato presencial, mesmo não havendo suspensão das medidas de controle sanitário. Parágrafo único: Enquanto vigorar a declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, o IFSul deverá manter os protocolos dispostos no seu Plano de Contingência. **Aprovada** a alteração, como segue:

Aprovação da nova redação do art. 16:

Sim: 39

Não: 2

Abstenções: 3

Em relação ao art. 17, a proposta foi de inclusão de parágrafo único e seus incisos. Foi colocada em votação a inclusão do **inciso I do art. 17**: estudantes que, por razões médicas comprovadas mediante a apresentação de atestado, não possam retornar integral ou parcialmente ao regime presencial ou que pertençam a grupo de risco para agravamento da COVID-19; e **aprovada**, como segue:

Aprovação inciso I do art. 17:

Sim: 43

Não: 0

Abstenções: 4

A seguir, foram colocadas em votação as propostas de redação para o inciso II: Proposta 1: Il-casos suspeitos ou confirmados para COVID-19, obedecendo às medidas dispostas no Plano de Contingência do IFSul para condutas de afastamento e isolamento. Proposta 2: II – casos suspeitos (mediante apresentação de comprovação médica) ou confirmados (mediante a apresentação de teste positivo) para COVID-19, obedecendo às medidas dispostas no Plano de

Contingência do IFSul para condutas de afastamento e isolamento. A **proposta 2** foi **aprovada** como segue:

Aprovação do inciso II do art. 17:

Proposta 1: 15

**Proposta 2: 20**

Abstenções: 9

Salientado que autoteste não serve para comprovação; precisa ser teste laboratorial/farmácia, pois fornece laudo identificado. A alteração proposta a seguir foi a **exclusão do art. 21**, baseada em dados técnicos do Comitê, reuniões com COE-E locais e alto índice de vacinação. Colocada em votação, a retirada do art. 21 foi **aprovada**, como segue:

Aprovação da retirada do art. 21:

**Sim: 21**

Não: 19

Abstenções: 3

A seguir, foi colocada em votação a **revogação do art. 24**, tendo em vista a revogação da IN 90, **aprovada**, como segue:

Aprovação da retirada do art. 24:

**Sim: 31**

Não: 2

Abstenções: 7

Conselheiro Everton Felix abordou o **Balcão Digital**. Relatou a dificuldade dos candidatos em finalizarem os processos e, mesmo colocando o câmpus à disposição, está gerando a perda de estudantes. Propôs utilizar o balcão digital e também a manter o sistema anterior de matrículas presenciais, via registros acadêmicos. Alegou que todos os dados informados na inscrição precisam ser informados também na matrícula; sugeriu implantar os dados no SGC. Pró-reitor Rodrigo Nascimento explicou que a implantação do balcão digital se deu por imposição do Ministério da Economia e todos os processos seletivos devem ser feitos por meio dele. Está conversando com registros acadêmicos dos câmpus para montar equipes de apoio. Possibilidade de conversar com Câmara de Ensino e DTI para buscar melhorias. Outro ponto abordado pelo conselheiro foi o pedido de **Alteração no formulário de inscrições de processos seletivos**. Há repetições de algumas perguntas e faltam outras. Relatou que são feitas comparações de sistemas de registros acadêmicos com a UTU e esta cobrou a falta de quatro questionamentos nos nossos sistemas: tipo sanguíneo, participação em convênio médico, alergias e doenças pré-existentes, bem como exclusão das repetidas: curso integral do ensino fundamental e do médio em escola pública, solicitou que sejam incluídas no formulário a ser preenchido no momento da inscrição, melhor momento para colher dados dos candidatos. O conselheiro irá oficializar o pedido à Proen, a fim de que seja discutida a possibilidade com a DTI. Conselheira Daniella Schulz relatou problemas no **Registro de Ponto**. Questionou a falta de comprovante, o que impede verificar se foi registrado ou houve esquecimento, a demora de atualização dos dados, a diferença entre intranet e Suap e a imprecisão da leitura digital. Presidente informou que será implantado novo sistema de ponto via Suap ainda este ano. Pró-reitor Thiago Giusti esclareceu que o sistema usado hoje é muito antigo; quanto à legislação, o Decreto 1867/96 obriga o registro de ponto em todos os órgãos do governo federal. Explicou que a Progep faz o recolhimento diário das informações do ponto; servidor extrai manualmente, por cada coletora de cada câmpus a extração dos dados, por isso a defasagem. DTI apresenta proposta de utilizar sistema do SUAP com leitor biométrico digital, podendo ser instalado em qualquer máquina e já automatizado. Problemas técnicos acontecem em outras unidades e dependem de regulagem da coletora que permite sintonia mais fina em relação à identificação da digital. Sempre que houver inconsistências no sistema deverá ser aberto chamado no sistema. Sobre comprovante é exigência MT para as empresas celetistas. Conselheiro Francilon Simões disse que o ponto é mais para controle interno; sobre apontamentos do TCU e CGU, disse que recomendação não é obrigatoriedade. Presidente explicou que não tem como ir contra TCU. Conselheira Daniela

Curcio também destacou diferenças entre Suap e intranet, principalmente em relação a docentes, pois o Suap tem limite de 10 horas; perguntou também da possibilidade de manter ainda o não cumprimento das 24 horas dentro da instituição, cumprindo presencialmente apenas o horário de aula e atendimento aos alunos. Com referência à carga horária, o pró-reitor Thiago Giusti explicou que o Suap é vinculado ao sistema do IFRN, que utiliza o embasamento legal da Lei 8.112, que define como 10 horas o limite máximo da carga horária do servidor durante o dia (8 normais e 2 extras). Precisa ser feita discussão pois há servidores que não registram o intervalo das refeições, o que faz com que extrapole as 10 horas. Presidente ratificou que a implantação do novo sistema irá solucionar a maioria das situações apresentadas. Sobre a flexibilização das horas, agora não é possível, mas passível de estudar; a possibilidade do teletrabalho vai depender de cada câmpus analisar o que é viável. Com relação às 24 ou 40 horas, no ponto devem ser sempre 40, mas tem as atividades de preparação de aula, correção de provas que estão dentro das 16 que podem ser feitas em casa. Falou da abertura da Mostra de Extensão do IFSul, no Câmpus Charqueadas, em sistema híbrido. Houve lançamento simbólico do livro “Jovens olhares sobre a guerra fria”, escrito por estudantes do câmpus. Destacou a importância desse tipo de trabalho, organizado pelo professor Charles Martins. Parabenizou todos os envolvidos no trabalho. Respondendo ao conselheiro Everton Felix, disse que a previsão é de que se mantenham as reuniões virtuais. Conselheiro Francilon Simões convidou para a assembleia do Sinasefe, em que um dos temas será o teletrabalho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei esta ata, que após lida e aprovada pelos conselheiros, será publicizada no site da instituição.